



O Jornalismo no Sul da Bahia – perfil dos profissionais que fazem o conteúdo impresso regional¹

OLIVEIRA, Abel Dias de²; OLIVEIRA, Pedro de Albuquerque³; BOMFIM Girleide do Nascimento⁴; ALBUQUERQUE, Eliana C. P. Tenório de⁵.

Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) de Itabuna-Bahia

Resumo

Este trabalho tem por objetivo identificar o perfil sócio-econômico e cultural dos profissionais de jornalismo que atuam nos meios impressos do sul da Bahia, apontando suas necessidades, dificuldades, condições de trabalho e de vida, hábitos e perspectivas, com vistas a construir um posterior diagnóstico da comunicação regional. Para isso, são utilizados procedimentos metodológicos quanti-qualitativos, com a aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas, direcionados aos profissionais que atuam nos principais jornais de Ilhéus e Itabuna. No bojo dessa investigação, procurou-se identificar ainda qual o conceito e a prática de jornalismo usado para difundir a informação e como estes podem interferir na mediação. Como aportes teóricos, foram buscados autores que lidam com a Teoria do Jornalismo e que interpretam, à luz da ciência, os fenômenos recorrentes da *práxis* jornalística.

Palavras-chave

Jornalismo Regional; Jornalismo Impresso; História do Jornalismo.

Introdução

A região cacauera da Bahia, liderada pelos municípios de Ilhéus e Itabuna, detém a tradição jornalística desde 1901 (BARBOSA, 2003). Portanto, há mais de cem anos possui jornais e lida com as rotinas de produção da informação. Se, por um lado, isso implica em uma trajetória histórica crescente e considerável - que não pode ser ignorada quando se estuda a formação social da região - por outro, não significa dizer que o fazer jornalístico se qualificou na mesma proporção. Tanto empresarial quanto funcionalmente, o jornalismo regional enfrenta problemas que o levam, muitas vezes, ao descrédito.

Sobre isso, o historiador João da Silva Campos (1981), explica que no Sul da Bahia, notadamente em Ilhéus e Itabuna, sempre houve uma infinidade de jornais que

¹ Trabalho apresentado no III Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação.

² Abel Dias de Oliveira é graduando em Jornalismo pela FTC de Itabuna- Bahia e bolsista de IC pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

³ Pedro de Albuquerque Oliveira é graduado em Comunicação-Rádio e TV, pela UESC-Bahia e graduando em Jornalismo pela FTC de Itabuna-Bahia.

⁴ Girleide do Nascimento Bomfim é graduanda em Jornalismo pela FTC de Itabuna-Bahia.

⁵ Eliana C.P.T. de Albuquerque é graduada em Jornalismo, Ms. em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente; professora e coordenadora do curso de Jornalismo da FTC de Itabuna, Bahia e professora orientadora deste trabalho.



começaram e acabaram lenta ou aceleradamente, em geral por motivos políticos e suas consequentes pressões econômicas. O autor conta do “empastelamento” de muitos deles e assegura que a imprensa regional sempre esteve vinculada e/ou controlada “pelo poder dos coronéis” (opcit).

Seu estudo é confirmado por Albuquerque e Rocha (2006), que explicam este processo constatando que “a formação sócio-econômica do sul da Bahia foi marcada pela presença dos coronéis de cacau, que controlaram durante séculos a vida regional, influenciando decisivamente na estruturação da sociedade e dos meios de comunicação”.

Segundo as autoras, os “coronéis do cacau”⁶ foram –direta ou indiretamente- fundadores dos primeiros jornais e, por isso, “estabeleceram rotinas e regras de conduta próprias, que podem ser observadas ainda, quando o controle dos meios continua sendo feito através de mecanismos semelhantes àqueles utilizados no início do século XX” (opcit).

Dentre os jornais surgidos em Ilhéus durante o século XX e até os dias atuais, o que teve maior duração e influência foi o Diário da Tarde (DT), fundado em 1928 e fechado em fevereiro de 1998, após uma longa crise econômico-financeira. Poucos meses depois de fechado, os ex-funcionários do DT compraram suas máquinas e fundaram o Diário de Ilhéus que é, atualmente, o único jornal local regular no município. Apesar de existirem outras publicações autodenominadas de jornais, estas não mantêm qualquer periodicidade, não contratam jornalistas e, na sua maioria, funcionam para atender a interesses pessoais.

Sobre os jornais criados em Itabuna, Aquino (1999) apresenta uma lista considerável dos que foram publicados, com data de fundação e tempo de duração nos últimos cem anos. Mas o fato é que, apesar dos esforços de Aquino, até o presente não existe uma obra cientificamente consistente, capaz de sistematizar a história e a realidade contemporânea do jornalismo regional, desde seu surgimento até os dilemas e desafios do presente, especialmente no que se refere à atuação do profissional. Sobre este, aliás, nada se sabe. O que há são idéias, opiniões, pressentimentos. Nada objetivamente pesquisado e cientificamente investigado, especialmente no que se refere ao jornalismo impresso, um dos mais antigos do estado da Bahia.

Segundo a professora e jornalista Eliana Albuquerque (2005), a história do jornalismo regional “é confundida, a princípio, com a história dos literatos e dos políticos, como foi

⁶ O termo foi utilizado a partir da década de 30, para designar os grandes fazendeiros de cacau que, utilizando-se de jagunços e milícias particulares, faziam suas próprias leis. A figura dos “coronéis” está bem marcada nos livros do escritor Jorge Amado (ver “Terra do Sem Fim” e “Gabriela, Cravo e Canela”), onde a ficção reflete a realidade regional.



no Brasil em parte dos séculos XIX e XX”. O fato de não ser uma profissão regulamentada na época, atraiu para esta categoria profissionais de diversos setores, “que escreveram a primeira parte da história do jornalismo regional: recheada de emoção, mas particularmente desprovida de técnica e da conceituação ética hoje considerada imprescindível ao bom jornalismo” (idem).

Avançando na discussão, Albuquerque e Rocha (2006) dizem que “a deformidade existente na imprensa regional tem raízes profundas e ramificadas”. E explicam:

A primeira delas vem da herança coronelista, que compreendia a imprensa como instrumento importante para a dominação do povo e implementação de projetos pessoais. Usando a força do dinheiro para dominar os meios de comunicação, terminavam por transformá-los em meros canais reprodutores de suas verdades próprias. Os fatos deixavam de ter qualquer importância nesse processo, importando mais a forma como seriam contados. Outra dessas raízes está na característica ainda comum em parte dos empresários do setor: a acentuada subserviência ao capital público, especialmente das prefeituras municipais, câmaras de vereadores e governo estadual, que terminam por pautar a maior parte das notícias, sendo visível a cópia literal de *releases* oficiais, que são publicados simultaneamente, em diversos veículos impressos e audiovisuais (ALBUQUERQUE e ROCHA, opcit, p.14).

Ora, uma imprensa que é imobilizada por interesses externos e alheios à verdade factual, não pode reivindicar credibilidade nem pretender ocupar o papel de mediador isento entre os fatos e o público e, muito menos, o de porta-voz da sociedade, como deve ser o papel social do jornalismo (BAHIA, 1990).

Refletindo sobre isso, e como consequência deste processo de atrelamento e dominação, acredita-se que os profissionais do setor não realizam a cobertura isenta e adequada dos fatos, já que necessariamente precisam atender aos interesses editoriais do veículo em que trabalham.

Acredita-se ainda que estes se sentem desmotivados, são mal remunerados e não contam com o apoio das empresas para reciclagem e aperfeiçoamento técnico, sempre necessário nesta área. O resultado inevitável é a baixa perspectiva de crescimento profissional, o que leva à acomodação e à queda na qualidade do material produzido.

Com base nessas avaliações e hipóteses, o presente trabalho busca identificar quem é o profissional que faz a notícia nos meios impressos das cidades de Ilhéus e Itabuna, confirmando ou refutando a idéia de que este não possui formação e qualificação adequadas, é acomodado à situação de mercado e não tem clareza sobre qual deve ser o seu papel social.



Procura, ainda, conhecer o que pensa e como age o empresário do jornalismo impresso regional para, conhecendo o empregador, entender melhor o pensamento e as ações do empregado, bem como o que efetivamente interfere no processo de mediação realizado através dos jornais.

Inédita e pertinente para se compreender a comunicação regional, esta pesquisa é revestida de importância ainda maior quando se constata que são os meios impressos que, por uma situação típica local, terminam pautando as emissoras de rádio e televisão existentes no sul da Bahia. Ou seja, o que sai no jornal é repetido sistematicamente e, mesmo que a informação seja incorreta, é transformada em verdade pela repetição.

Como aportes, foram buscados diálogos com autores que desenvolvem a concepção da comunicação processual, com a esfera local na construção dos sentidos e na busca de mudanças; do jornalismo provocando mudanças nas percepções de tempo e espaço convencionais; da história política, econômica e social regional e do jornalismo regional.

Este estudo faz parte de um projeto mais abrangente e em andamento, que se propõe a construir o “Diagnóstico da Imprensa no Sul da Bahia”, contemplado pelo Fundo de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB) com bolsa de Iniciação Científica através da FTC de Itabuna, Bahia.

Civilização do esquecimento

A comunicação é quase sempre relacionada aos meios de massa, ao crescente avanço tecnológico, aos reflexos da globalização na circulação de informações, ao surgimento de novos veículos, que terminam sendo incorporados ao dia-a-dia do indivíduo, e por formar o ambiente onde a sociedade se relaciona e se reproduz ideologicamente, mesmo que não se dê conta disso (Cf. BORDENAVE, 2001).

Os *mass media*, dessa forma, terminam pautando não só os temas, mas também a forma da sociedade se relacionar com eles. Ajudam, assim, a estruturar a imagem da realidade e a formar novas crenças, hábitos e opiniões. Este processo, que é explicado por Traquina (2005) e Pena (2005), ficou marcado nos estudos do jornalismo como a Teoria do Agendamento (ou *Agenda Setting*)⁷.

⁷ A Teoria do Agendamento foi estruturada por McCombs e Shaw na década de 70, quando o mundo estava em meio a grandes protestos por liberdades individuais e lutas pela democracia. No Brasil, são difundidos nesse período os trabalhos de McLuhan (entre eles, “*Os meios de comunicação como extensão do homem*”, editado em 1964), as idéias de Adorno, Horkheimer, Benjamin e outros teóricos marxistas. A partir daí, a mídia torna-se objeto de estudos e pesquisas mais sistemáticas, incorporando leituras novas e questionadoras.



Sem pretender entrar no cerne da discussão teórica, por compreender que não há uma única teoria que explique porque “as notícias são como são” (TRAQUINA, *opcit*), nota-se que, apesar de parte majoritária da sociedade regional possuir intimidade com os meios de comunicação e as informações por eles veiculadas, dicotomicamente, quanto mais acesso as pessoas têm às informações, maior é o seu distanciamento da própria realidade e a dificuldade em refletir sobre ela.

Marcondes Filho (2002), expressando sua preocupação sobre o assunto, diz que entramos na “civilização do esquecimento”, onde o mundo antigo, o mundo-referência, o mundo real, está sendo degradado para dar lugar ao mundo virtual. Talvez por isso o homem moderno esqueça da realidade que o cerca mais diretamente, para viver no mundo imaginado e geralmente espetacularizado pelos *media*.

É possível que o indivíduo, mais preocupado com os problemas globais apresentados comumente pelos *media*, não tenha conhecimento, consciência, nem domínio do mundo em que vive e, logo, não consiga elaborar nada sobre ele, o que, segundo o autor, é o ideal para as classes dominantes. Concordando com este raciocínio, nota-se que a proposta de “nivelar” a informação e, logo, a opinião pública mundial, é intensão visível no modelo de globalização capitalista e reproduz, de certa forma, o que McLuhan, desde 1964, apontava como sendo o risco/resultado da massificação.

Essa intensão lembra também a política implementada no Brasil na década de 70, através dos programas de “nivelamento cultural” nacional (Projeto Minerva e outros), que pretendiam, então, uniformizar o país em torno de uma só visão: a do governo. E, para isso, propunha-se a “eliminar as diferenças regionais” através de uma política de comunicação que, assegurada pela censura, era obrigatoriamente seguida por todos os meios (SODRÉ, 2004).

Os ecos dessa idéia pretérita podem ser notados hoje no jornalismo regional, quase sempre pautado por notícias internacionais e nacionais, com poucas inserções da pauta local, o que reduz o seu papel a mero repetidor de notícias, em detrimento da prática investigativa que é natural e inerente a esta atividade.

Nota-se que, mesmo com a região cacaujeira possuindo jornais há mais de um século, o papel do profissional em jornalismo ainda não foi claramente definido e tampouco valorizado como ocorre em outros centros urbanos. Muitos dos profissionais atuam simultaneamente em áreas distintas e muitas vezes para a mesma empresa, submetendo-se a receber salários que estão aquém da tabela salarial dos jornalistas da Bahia e de outros estados.



Nota-se ainda que a visão de jornalismo da maioria dos profissionais, apesar de mantida e alimentada por notícias globais, é descolada de um contexto geral de mundo, permanecendo restrita ao mundo pessoal em que este se movimenta, pensa e vive. Esta situação o coloca em permanente estado de contradição em relação à realidade, uma vez que não consegue fazer a conexão entre a realidade vivida e a que noticia.

Por outro lado, apesar de viver conectado em redes virtuais de onde contempla o mundo e com ele interage, o profissional continua sujeito às regras locais. Por mais que estas o incomodem, ele termina por adaptar-se e submeter-se para garantir sua sobrevivência no mercado.

Sobre essas regras, a pesquisa feita com os empresários elucidava algumas visões e contribuiu para explicar porque as coisas são desse modo. Esses e outros aspectos serão vistos adiante, nos resultados desse estudo.

Metodologia

Para a realização da pesquisa, foi elaborado um questionário com 48 perguntas, divididas em dois blocos: a) questões relativas ao entrevistado e b) questões relativas ao trabalho. Ambos foram estruturados de forma a permitir respostas objetivas e subjetivas, onde as contradições porventura existentes pudessem ser identificadas.

Os questionários foram aplicados através de entrevistas individuais com os profissionais das cidades de Ilhéus e Itabuna - onde estão concentrados os principais jornais regionais - entre os dias 22 de setembro e 20 de outubro de 2006. As três revistas existentes quando do início desta pesquisa, estão desativadas e não possuem qualquer jornalista em suas redações, por isso não constam nos resultados.

Foram aplicados dezesseis questionários no total, sendo doze em Itabuna (jornais Agora, Diário do Sul e A Região) e quatro em Ilhéus (Jornal Diário de Ilhéus), o que corresponde à média quatro entrevistas por veículo.

As entrevistas foram direcionadas para o pessoal de redação, que faz o conteúdo jornalístico, não importando se este é graduado ou não em jornalismo, efetivo ou estagiário. O número de entrevistas feitas equivale a 10% do total de profissionais existentes no mercado de trabalho regional, segundo informação verbal⁸ do Sindicato dos Jornalistas da Bahia - regional sul da Bahia.

Foi observado, nesta etapa, que os profissionais estavam pouco receptivos à pesquisa, somente se mostrando mais abertos e acessíveis quando percebiam o teor das questões e

⁸ Dados fornecidos por telefone, pela diretoria regional do Sindicato dos Jornalistas da Bahia, em 19 de outubro de 2006.



objetivos do trabalho. Ainda assim, a maioria não se mostrou disposta a escrever as respostas e, por isso, decidiu-se pela aplicação do questionário através de entrevistas individuais, todas realizadas pelos próprios autores deste trabalho, não havendo envolvimento de pessoas alheias à proposta.

Uma vez realizada a entrevista e aplicado o questionário, os dados foram tabulados sem perder de vista o rigor quantitativo, mas sem abrir mão da análise qualitativa que, conforme explica Chizzotte (2003), “provoca o esclarecimento de uma situação para a tomada de consciência dos problemas e das condições que os geram, a fim de elaborar os meios e estratégias de resolvê-los”.

Para facilitar a análise qualitativa, foi utilizada também a técnica da observação não participante, realizada durante a aplicação dos questionários/entrevistas, para que se constatasse *in loco* a situação descrita por cada entrevistado e as possíveis contradições entre respostas e realidade. As observações foram anotadas e discutidas coletivamente entre os pesquisadores, sendo de muita valia para permitir o entendimento sobre o imaginário dos profissionais, sua cultura, sentimentos e realidade. Este procedimento valorizou a multiplicidade de olhares, sempre mais eficiente que o olhar único, e qualificou a análise qualitativa.

Resultados

Dos quatro jornais pesquisados, três estão situados em Itabuna e um em Ilhéus. Por esta razão, 75% dos entrevistados atuam em Itabuna e 25% em Ilhéus.

A pesquisa investigou a vida pessoal dos jornalistas: gênero, idade, estado civil, número de filhos, como mora, quanto ganha, escolaridade, seus sonhos e planos para o futuro, entre outros temas importantes para compor o perfil da categoria.

Investigou ainda a relação destes com o jornalismo: se é graduado na área, se possui registro profissional, por que escolheu trabalhar em jornalismo, o que compreende ser o papel social do jornalista, se sofre pressões no trabalho, se já sofreu ou sofre censura; de que forma suas convicções interferem na produção da notícia, entre outras questões que vão facilitar a análise do profissional.

A mesma pesquisa foi respondida por empregados e empregadores, no sentido de identificar as diferentes visões existentes entre eles.

Cidadãos jornalistas

Quanto ao gênero, 56,25% do total são homens e 43,75% mulheres, o que mostra haver uma tendência ao equilíbrio, com expressiva participação feminina no mercado de trabalho jornalístico regional. 30% do total têm idade entre 20 a 30 anos, 25% têm entre



31 e 40 anos e 25% têm de 41 a 50 anos. Com mais de 51 anos há 20% dos entrevistados.

Sobre o estado civil, 31,25% são casados, 37,50% solteiros e 31,25% estão em outra situação (viúvos, divorciados, separados, companheiros, entre outras). A maioria dos profissionais (75%) apresenta a tendência de morar só ou em casa dos pais e esta mesma parcela (75%) não têm filhos. Apenas 12,5% têm um filho e outros 12,5% têm até 4 filhos. Investigado sobre os motivos que os leva a não ter filhos, apesar de a maioria apresentar idade superior a 31 anos, constatou-se que a falta de tempo e de uma vida familiar e financeira estável e organizada são os elementos que mais pesam nesta decisão.

Esta falta de estabilidade na vida financeira foi constatada novamente adiante, quando se perguntou sobre o tipo de moradia. A maioria (75%) não possui cada própria. Destes, 50% moram de aluguel e outros 25% moram na casa dos pais. Apenas 25% têm sua própria casa.

Novamente se observa a dificuldade financeira quando 68,75% dizem não possuir automóvel. Apenas 31,25% dizem ter conseguido comprar o próprio carro e, destes, apenas 12,5% já quitaram suas prestações ou compraram o automóvel à vista.

Perguntados sobre os salários, 25% disseram receber até R\$ 350,00 (um salário mínimo atual); 37,5% ganham de R\$ 351,00 a R\$ 700,00 por mês; 18,75% ganham entre R\$ 701,00 e R\$ 1.750,00; 12,5% ganham de R\$1.751,00 a R\$2.000,00 e apenas 6,25% ganham mais de R\$ 2.001,00. Ou seja, 81,25% ganham menos que o determinado por lei para piso estadual dos jornalistas⁹, cujo valor atual é correspondente a R\$ 1.750,00/mês ou cinco salários mínimos. Isso explica a falta de estabilidade financeira e a necessidade de ter mais de um emprego (ou “freela”¹⁰), comum na maioria dos casos.

Observando-se a dificuldade em assegurar uma boa remuneração, passou-se a investigar a formação do profissional regional. 50% deles afirmaram possuir ou estar concluindo o terceiro grau, sendo que, destes, 25% em Jornalismo; 25% em Direito; 25% em Letras, 12,5% em Rádio e TV e 12,5% em Publicidade e Propaganda.

12,5% disseram ter concluído ou estar concluindo pós-graduação, sendo que nenhuma delas na área de jornalismo e 37,5% concluiu o segundo grau.

⁹ Informação do Sindicato dos Jornalistas da Bahia, disponível no site www.sinjorba.org.br.

¹⁰ “Freela” é o jargão jornalístico (corruptela de *free lancer*) utilizado para designar os trabalhos temporários, realizados como prestação de serviço e que funcionam como complementos de salário. Alguns jornalistas vivem apenas desse tipo de trabalho, muitas vezes conseguindo compor um salário maior que aquele pago pelas empresas.



Do total de entrevistados, 62,5% não tem registro profissional em jornalismo, o que é obrigatório para o exercício da profissão, e, logo, estão ocupando ilegalmente os postos de trabalho; 12,5 % têm registro provisório, que se extingue em três anos, quando se forma a primeira turma de nível superior em jornalismo da região; 12,5% têm registro definitivo, ou seja, estão legalmente habilitados a exercer a profissão nesta ou em qualquer outra parte do país.

Este item, especificamente, começa a lançar luzes sobre a questão de fundo que permeia as discussões sobre o mercado de trabalho regional. Compreendendo que os mercados se auto-regulam, como pode se exigir que os salários sejam compatíveis com a legislação em vigor no país, se esta mesma legislação é burlada quando se trata de exigir a formação profissional adequada ao jornalista? Com que lei se pode trabalhar se a mesma legislação é invocada apenas para garantir os direitos e não os deveres? A este questionamento não se deu respostas.

Perguntados sobre os motivos que os fizeram escolher o jornalismo como profissão, 12,5% disse que a profissão dá um bom retorno financeiro, além de prestígio e inserção social; 12,5% afirmaram ter escolhido esta área porque o trabalho é “bonito” e “importante para a sociedade”; 25% disseram ter aptidão para o trabalho dinâmico e pouco enfadonho do jornalismo e 50% disseram ter vocação, não se imaginando em outra profissão. Para estes, foi perguntado se a questão financeira e o prestígio que o jornalismo pode dar não pesaram na decisão. Todos (os 50%) afirmaram que fazem jornalismo por vocação e que o dinheiro e o prestígio não são o mais importante.

Sobre o lazer e a informação, ao contrário do que se pode imaginar, a vida pessoal dos profissionais é tranqüila. 25% deles preferem ler e ouvir música nos momentos de folga; 25% preferem viajar para cidades distantes do local de trabalho; 12,5% gostam de sair para lugares muito freqüentados, onde possam encontrar pessoas conhecidas; 12,5% preferem ficar com a família e fazer programas domésticos (almoços em família, passeios com filhos, banho em cachorro, plantar no quintal etc) e o restante (25%) aproveita qualquer momento de folga para colocar o sono em dia.

Para estes últimos, o melhor programa é dormir, o que se explica quando se observa a carga horária de trabalho declarada: 62,5% chegam ao trabalho às 9 horas e saem quando o jornal está editado, por volta das 20 horas; 25% trabalham em média oito



horas por dia e apenas 12,5% trabalham 5 horas/dia, o correspondente à carga horária do jornalista, segundo a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)¹¹.

Os sonhos relativos ao jornalismo são todos muito parecidos: fazer carreira no jornalismo e trabalhar nos grandes centros (50%); ter o próprio jornal (25%); ganhar melhores salários, ter reconhecimento profissional e ver a categoria melhor organizada (25%).

Para se informar, diariamente: 81,25% lêem jornais; 75% ouvem rádio; 81,25% pesquisam na internet; 62,5% assistem TV e apenas 25% buscam as informações na rua, diretamente no palco dos acontecimentos. Isso reforça a idéia levantada à princípio, de que o jornalismo regional está referenciado nos temas globais e não na realidade regional.

Perguntados sobre como se informam sobre os fatos locais, a maioria (81,25%) respondeu que através dos *releases* enviados pelas assessorias de comunicação; de outros veículos (jornais, TVs e rádios) ou através de pessoas (anônimas ou não) que ligam para as redações e passam as informações.

Foi perguntado sobre como fazem para checar as informações. 75% disseram que, quando podem, telefonam ou vão ao local, mas que isso sempre é difícil de ocorrer em virtude da falta de estrutura das redações e da sobrecarga de trabalho. 25% disseram que não fazem nada para checar os fatos. Apenas publicam a informação quando esta é interessante e a fonte confiável. As respostas novamente confirmam a hipótese levantada de que o jornalismo regional perdeu seu “faro investigativo”¹² e ainda não chegou à excelência técnica que precisa ter na apuração dos fatos, o que pode explicar a falta de credibilidade observada em alguns casos.

A falta de uso das técnicas de apuração das notícias é novamente reafirmada quando 68,75% dizem não receber pautas para realização das matérias e 31,25% só as recebem às vezes, nem sempre as seguindo. O mesmo se observa quando perguntados sobre o lide: 75% conhecem a técnica, mas não a aplicam regularmente e 25% dizem que a conhecem vagamente e não sabem ao certo como se aplica.

No tocante ao tempo de serviço, 25% tem entre um a cinco anos; 25% estão na profissão há mais de seis e menos de 10 anos; 12,5% têm de 11 a 20 anos; 25% têm de 21 a 30 anos e 12,5% têm mais de 3 décadas de serviço.

¹¹ Disponível in www.fenaj.org.br. Acessado em 9/12/2006.

¹² O “faro investigativo”, segundo Mino Carta, editor da revista Carta Capital, é o principal requisito para ser um bom jornalista.



Trabalhadores jornalistas

Os entrevistados ocupam a função de repórter (37,5%), redator (18,75%), editor/secretário de redação (18,75%), diretor (12,5%), revisor/diagramador (12,50%). Destes, 50% tem de um a três anos de trabalho nesta posição e 25% tem mais de 3 e menos de 10 anos. Outros 25% estão na mesma função há 10 anos ou mais, o que denota alguma estabilidade no emprego.

Investigados sobre o porquê desta permanência, 62,5% acreditam que isto se deve à facilidade em ajustar-se à linha editorial da empresa, evitando os confrontos com a direção e 37,5% atribuem a permanência ao fato de fazerem um bom trabalho.

Nota-se, neste caso, que a obediência à linha editorial do jornal – e, conseqüentemente, aos interesses da empresa - mostra-se mais importante para garantir o emprego que a qualidade do trabalho apresentado, o que confirma a hipótese de controle sobre a informação e de submissão dos profissionais aos meios.

100% dos entrevistados dizem conhecer a linha editorial da empresa para a qual trabalham e todos afirmam concordar com ela. Perguntados como se posiciona esta linha frente aos governos municipal, estadual e federal, 12,5% disseram ser discordantes dos governos municipal e estadual, mas concordante com o governo federal; 12,5% afirmaram concordar com os governos municipal e estadual, mas discordar do federal.

Nesta mesma questão, 25% se disseram independentes e 25% disseram ser concordantes com todos, o que demonstra bem a falta de personalidade editorial, uma vez que, quando da realização desta pesquisa, os governos municipal e estadual eram vinculados ao carlismo¹³, enquanto o governo federal era comandado pelo PT e, logo, pertencentes a grupos politicamente contrários.

Os demais (25%) disseram depender dos governos, ou seja, concordam porque precisam deles. Todos os diretores (12,5%) e parte dos editores estão nessa categoria.

Para os que se disseram independentes, foi questionado o significado disto. A metade disse que significa ter “uma postura crítica diante dos fatos”, estando livre para concordar ou discordar deles. Para a outra metade, “significa não precisar financeiramente do governo”. Com isto, demonstra-se que a independência, neste caso, está tão relacionada ao compromisso com a verdade factual quanto ao fato de precisar ou não do dinheiro público. Ou seja, para a metade dos “independentes”, esta é uma condição que pode ser modificada a depender da necessidade financeira.

¹³ “Carlismo” é o neologismo utilizado para designar os partidos e políticos comandados pelo então senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).



93,75% dos entrevistados disseram que a postura editorial do jornal interfere no seu conteúdo, mas os mesmos 93,75% disseram nunca haver sofrido qualquer tipo de censura interna, o que leva a crer que os profissionais estão perfeitamente ajustados à linha editorial das empresas ou a censura está tão aderida ao seu inconsciente que já se tornou autocensura e estes nem a percebem. Neste caso, se houver interferência nos conteúdos das matérias, esta se dá no âmbito da ação jornalística, quando da elaboração desses conteúdos, sequer chegando aos editores, o que torna a situação de submissão ainda mais grave.

Por outro lado, 75% disseram já ter sofrido censura externa e apontaram como responsáveis: a prefeitura (50%); o comércio (12,5%); a polícia (12,5%). Perguntados sobre como isso se deu, todos responderam que “indiretamente”. Entende-se que “censura”, neste caso, está sendo confundida com pressão.

Ainda sobre isso, contraditoriamente, 75% disseram se sentir livres para fazer qualquer matéria e 25% não se sentem assim por falta de condições de trabalho. Por outro lado, 68,75% afirmaram já terem sido pressionados para fazer/deixar de fazer alguma matéria, sendo estas relacionadas à política; órgãos públicos; malversação de verbas públicas e corrupção. Novamente há contradição: como podem se sentir livres se já foram pressionados? Fica a incógnita.

Questionados sobre se conhecem a Constituição Brasileira, 100% disseram que sim, mas só 25% soube citar um dos seus artigos; sobre o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, 50% disseram que sim, mas só 12,5% souberam dizer um dos seus artigos; sobre a Lei de Imprensa, 75% disseram sim, mas nenhum soube citar nada do que ela determina. Questionados sobre as diferenças entre crimes de calúnia, injúria e difamação, 100% afirmaram que sabem, mas apenas 25% souberam explicar.

Apesar disso, 75% dos profissionais entrevistados se acham muito bem preparados e 25% razoavelmente preparados; 81,25% se consideram bons profissionais e 18,75% se acham ótimos; 75% pretendem ou têm vontade de se especializar mais em alguma área do jornalismo e os 25% restantes só querem ficar onde estão e garantir o emprego até a aposentadoria. 100% gostam da profissão e não querem sair dela.

Metade dos entrevistados acha que as condições de trabalho são precárias e a outra metade considera o ambiente satisfatório (25%) ou ótimo (25%).

Em se tratando do papel social dos jornalistas, admitem que tenham como ideal informar com o máximo de isenção e respeito à verdade, mas reconhecem que isto é difícil nas condições do jornalismo regional, onde os compromissos assumidos com os



governos e setores da economia terminam por “engessar” o trabalho, dificultando a ação jornalística. Ainda assim, refutam a idéia de que, nestes casos, a notícia é um produto manipulável. Para 75% deles, “uma coisa nada tem a ver com a outra”. Mas não sabem explicar como se dá este processo de “engessamento”.

Conclusões

Diante do que foi analisado neste trabalho, observa-se que o profissional da imprensa regional é um cidadão mediano. Ao contrário do que se pensa, não tem uma vida fácil nem farta. Trabalha em média de 8 a 10 horas por dia, geralmente tem mais de um emprego porque os salários são baixos e não contempla suas necessidades de sobrevivência; reconhece que as condições de trabalho são de ruins a razoáveis, o que significa em todos os casos que precisa haver melhoras. Apesar disso, é um apaixonado pelo que faz e não se imagina fazendo outra coisa.

Quanto à sua visão sobre a profissão, apesar de saber distinguir o que é correto do que não é, sob o ponto de vista da ética jornalística, muitos admitem ferir a ética quando preciso, especialmente para não perder o emprego. Isto reafirma a condição do trabalhador assalariado – e dependente do emprego – que termina por fazer concessões que sabe serem erradas para não perder a vaga.

Mostra também que a mão de obra jornalística local é fácil de ser forjada, uma vez que não existe fiscalização para o exercício da profissão. Ou seja, qualquer um pode ser jornalista, se quiser. Basta saber escrever alguma coisa de algum modo (vale observar os erros que aparecem nos impressos), articular bem as idéias e ter acesso a quem publica os jornais.

Quanto aos empresários – e também ditos jornalistas por possuírem jornais – na sua maioria vêem o veículo como uma fonte de renda e prestígio, mas também como depositária de grande responsabilidade social, uma vez que tem o poder de formar opinião. Apesar disso, colocam à frente da responsabilidade social o interesse econômico, como é comum no sistema capitalista tradicional.

Os resultados deste processo são jornais e revistas que existem para sustentar o *status quo* dos proprietários e editores; profissionais mal pagos e com pouca capacidade crítica; uma profissão cuja função primordial pouca gente realmente sabe e, por fim, um público mal informado, que repete notícias nem sempre verdadeiras como se fossem verídicas.

Se o jornalismo é a história da atualidade, como pensam alguns pesquisadores (BAHIA, 1990), esta é uma questão preocupante para a região. Que história está sendo registrada



em jornais elaborados nas condições identificadas por este trabalho? O que estamos deixando para as futuras gerações? São questões sobre as quais vale à pena refletir.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Eliana. **A origem do jornal e outros dados**. In: Apostila de Teorias do Jornalismo - UESC, Ilhéus: 2005. Mimeo;

_____ e ROCHA, Marlúcia. **Coronelismo e história do jornalismo na região cacaueira da Bahia**. CD-ROM do IV Encontro Nacional de História da Mídia da Rede Alcar. São Luiz: AMI, 2006;

AQUINO, Ramiro. **De Tabocas a Itabuna-100 anos de imprensa**. Itabuna: Agora, 1999;

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**. São Paulo: Ática, 1990;

BARBOSA, Carlos Roberto Arléo. **Notícias históricas de Ilhéus**. Ed. do autor, 2003;

BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. **Além dos meios e mensagens**. RJ: Vozes, 2001;

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. RJ: Conselho Federal de Cultura, 1981;

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. SP: Cortez, 2003;

JUCÁ, Kelma. **Um breve apanhado sobre a história da imprensa**. In: www.paremasmaquinas.com.br, acessado em 21/09/05;

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. 3ª edição. Florianópolis, UFSC, 2001;

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. SP: Cultrix, 1964;

MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e Jornalismo - A Saga dos cães perdidos**. 2ª ed. SP: Hacker, 2002;

MATTOS, Sérgio. **O Controle dos Meios de Comunicação**. Salvador: UFBA, 1996;

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. SP: Contexto, 2005;

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. 4ª ed. 2ª reimp. RJ: Mauad, 2004;

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – Volume I - Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2ª ed, 2005.